

**PROCESSO N°: 1705/2024**

PROJETO DE LEI Nº: 169/2024

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

EMENTA: "Denomina 'José Carlos Bastos da Silva' o Centro de Fiscalização Ambiental do Município da Serra, Estado do Espírito Santo".

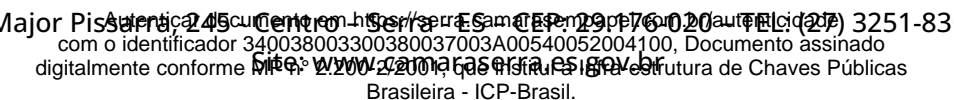
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise do **PROJETO DE LEI Nº 169/2024** , de autoria do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL** , que objetiva denominar "**José Carlos Bastos da Silva**" o **Centro de Fiscalização Ambiental do Município da Serra, Estado do Espírito Santo**. O Centro de Fiscalização está localizado no Parque da Cidade, sito à Rua Anchieta, Parque Residencial Laranjeiras, Serra/ES. A Justificativa anexa ressalta que o homenageado era um saudoso Auditor Fiscal Municipal, defensor do meio ambiente Serrano e um dos fundadores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O projeto foi protocolado em 30/07/2024 , lido em Plenário em 23 de outubro de 2024 e, na mesma data, distribuído a esta Comissão.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Consta nos autos o Parecer Jurídico nº **552/2024**, exarado pela Douta Procuradoria, que opinou pelo **regular prosseguimento** do Projeto de Lei. A Procuradoria fundamenta que a matéria se insere na competência do Município e que o Executivo é parte legítima para sua propositura, não havendo óbice para que o assunto seja regulado por Lei Municipal. Além disso, a proposição cumpre o Art. 3º da Lei Orgânica do Município (LOM), que veda a nomeação de pessoas vivas, uma vez que o homenageado é falecido (óbito em 13/11/2021). Por fim, a Procuradoria atestou que a proposição atendeu às principais diretrizes da Lei Complementar nº 95/98.

O projeto tramita em regime Ordinário.

Não há registro de Emendas.

II. ANÁLISE

1. Constitucionalidade e Legalidade

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Acolhemos o Parecer Jurídico nº **552/2024**, exarado pela Douta Procuradoria. O Projeto de Lei é **constitucional e legal**, pois:

- **Iniciativa:** A autoria é do **Poder Executivo Municipal**, o que é legítimo. A competência para dar nome a prédios municipais e logradouros públicos é **concorrente** entre o Prefeito e a Câmara Municipal da Serra, conforme o Art. 73 da Lei Orgânica Municipal (LOM).
- **Competência Material:** A matéria trata de um assunto de **interesse local**, que é a denominação de um bem municipal, e está inserida na





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

competência dos Municípios, conforme o Art. 30, I, da Constituição Federal e Art. 30, I, da LOM.

- **Vedação a Pessoas Vivas:** O Art. 3º da LOM veda expressamente a designação de "nomes de pessoas vivas" para a toponímia. Conforme a Certidão de Óbito anexa, o Sr. José Carlos Bastos da Silva faleceu em 13 de novembro de 2021, o que atesta o cumprimento da vedação constitucional municipal.

A proposição não apresenta vícios de iniciativa ou afronta a qualquer princípio constitucional que limite a competência do Poder Legislativo ou Executivo para este fim.

2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)

Em relação à técnica legislativa e redação, a Procuradoria opinou pelo atendimento às principais diretrizes da Lei Complementar nº 95/98.

- **Articulação (LC nº 95/98):** O projeto está estruturado em artigos e um parágrafo único (Art. 1º), escrito por extenso, conforme exige o Art. 10, inciso III, da Lei Complementar nº 95/98.
- **Clareza e Precisão:** A redação atende ao disposto no Art. 11 da Lei Complementar nº 95/98, apresentando clareza e precisão nos comandos normativos.

Não foram identificados vícios de técnica legislativa ou erros de redação que necessitem de Emenda de Redação.

III. VOTO DA COMISSÃO





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se:

Pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** do **PROJETO DE LEI Nº 169/2024**.

IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do **PROJETO DE LEI Nº 169/2024**.

Sala de Reuniões, 28 de novembro de 2025.

Professor Renato Ribeiro (PDT)
Presidente

Raphaela Moraes (PP)
Vice-Presidente

Dr. William Miranda (UB)
Secretário

